

PROCESSOS DE DES-RETERRITORIZAÇÃO DE IMIGRANTES VENEZUELANOS EM SALVADOR NO SÉCULO XXI.

Emanuel Gonzaga dos Santos¹
Agridino Souza Coelho Neto²

Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB

RESUMO

Nas duas últimas décadas, diversos migrantes venezuelanos buscaram aportar no Brasil, territorializando-se em diversas regiões e cidades brasileiras. Diante desse fato, nos questionamos: como se configuram os processos de des-reterritorialização de imigrantes venezuelanos em Salvador? O objetivo geral é compreender os processos de des-reterritorialização de imigrantes venezuelanos em Salvador (BA), identificando as dificuldades, desafios e estratégias adotadas. Os procedimentos metodológicos foram pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo. Nossas fontes são decorrentes de livros, revistas, jornais e documentos de órgãos estatais do Brasil e da Venezuela, assim como do trabalho de campo que foi realizado por meio de entrevistas com 10 venezuelanos que vivenciaram Salvador. Conclusivamente, verificou-se que a reterritorialização na capital baiana foi marcada por obstáculos e dificuldades, a exemplo da barreira da língua, da discriminação social e da dificuldade em encontrar emprego e moradia fixa. Os imigrantes entrevistados foram acolhidos por instituições religiosas e por redes de amigos, trabalhando, predominantemente, no setor de vendas e em subempregos. Os vínculos com o novo território passam pela estabilidade na vida profissional e pela nova situação conjugal.

Palavras-chave: Reterritorialização, Imigrantes, Capital da Mobilidade, Venezuelanos, Salvador.

RESUMEN

En las últimas dos décadas, varios migrantes venezolanos buscaron llegar a Brasil, estableciéndose en diferentes regiones y ciudades brasileñas. Ante este hecho nos preguntamos: ¿cómo se configuran los procesos de des-reterritorialización de los inmigrantes venezolanos en Salvador? El objetivo general es comprender los procesos de des-reterritorialización de los inmigrantes venezolanos en Salvador (BA), identificando las dificultades, desafíos y estrategias adoptadas. Los procedimientos metodológicos fueron la investigación bibliográfica, el análisis documental y la investigación de campo. Nuestras fuentes provienen de libros, revistas, periódicos y documentos de agencias estatales de Brasil y Venezuela, así como de un trabajo de campo que se realizó a través de entrevistas a 10 venezolanos

¹ Mestre em Estudos Territoriais pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG), da Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/FAPESB). emanuelgonzaga@rocketmail.com.

² Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Administração (UFBA). Bacharel em Economia (FACCEBA/BA). Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus I). Professor do Mestrado Acadêmico em Estudos Territoriais (UNEB- BA). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET-UNEB). agscneto@uneb.br

que viveron em Salvador. Concluyentemente, se constató que la reterritorialización en la capital de Bahía estuvo marcada por obstáculos y dificultades, como la barrera del idioma, la discriminación social y la dificultad para encontrar empleo y vivienda permanente. Los inmigrantes entrevistados fueron acogidos por instituciones religiosas y redes de amigos, trabajando predominantemente en el sector comercial y en el subempleo. Los vínculos con el nuevo territorio pasan por la estabilidad en la vida profesional y la nueva situación matrimonial.

Palabras clave: Reterritorialización, Imigrantes, Capital de la movilidad, Venezoelanos, Salvador.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 2010, a problemática das migrações internacionais ganhou notoriedade midiática, sendo a venezuelana uma delas (LIMA; GARCIA; FECHNE, 2020), movimento este relacionado a uma crise econômica no país (RIBAS, 2010), que segundo o Instituto de Investigaciones Sociales da Universidad Católica Andrés Bello (2021), contribuiu com que 94,1% da população venezuelana viva em estado de pobreza e 76,6% em extrema pobreza.

Neste contexto, o Banco Central de Venezuela (2022 a; 2022b; 2022c) tem explicitado uma série de variáveis econômicas que fragilizaram a qualidade de vida da população local a partir da metade final da década de 2010, tais como a presença de hiperinflação, redução das importações e exportações, queda das reservas internacionais e o enfraquecimento da maior parte dos setores econômicos.

Esta crise econômica, contudo, é acompanhada por instabilidades políticas tanto internas e externas no país andino. O primeiro caso se caracteriza por uma série de tensões entre governistas e opositores, com a situação alegando sofrer tentativas de golpes de Estado (SEUMAS, 2014), enquanto a oposição afirma que os governistas, afirmam que Nicolás Maduro (atual presidente venezuelano) tem assumido posturas ditatoriais (EL NACIONAL, 2016). Já no que tange a política externa, o governo tem enfrentado uma série sanções de diversos países sob a alegação da existência de violações de direitos humanos a exemplo da lei 113-278, de 18 de novembro de 2014 dos Estados Unidos, que limitam as relações comerciais do país anglo-saxão com a Venezuela (MONTENEGRO, 2021). O presidente venezuelano, contudo afirma que os embargos em questão são apenas pretextos para fragilizar o seu mandato com o objetivo de impor interesses imperialistas na nação sul-americana (MADURO, 2022).



As crises acima explicitadas contribuíram diretamente para a considerável elevação dos fluxos migratórios para o Brasil a partir de 2016, sendo que o município de Salvador começa a receber os fluxos mais expressivos dessa comunidade a partir do ano de 2018 (SISMIGRA, 2022). A existência de uma lacuna interpretativa e a recente temporalidade revelam a atualidade e a importância do fenômeno, assim como uma melhor compreensão do mesmo pelo poder público, organizações não-governamentais e sociedade civil para esta onda migratória justificam esta pesquisa e diante deste contexto objetivamos compreender os processos de reterritorialização destes imigrantes na capital baiana.

METODOLOGIA

Para atingirmos os objetivos dessa pesquisa passamos por quatro etapas. A primeira etapa consistiu na ideação da pesquisa. Nosso caso, em específico, surge quando tivemos a oportunidade de conviver com venezuelanos em Salvador no ano de 2020, fato que provocou curiosidade sobre o fenômeno e despertou a curiosidade em relação ao processo migratório e sobre os modos de vida construídos na cidade do Salvador.

Na segunda etapa nos dedicamos na realização de uma revisão de literatura, buscando construir os fundamentos teóricos que subsidiaram nosso olhar sistemático sobre o objeto/problema de investigação. Sustentamo-nos nos conceitos de migração e território, perpassando pelas territorialidades e pela tríade conceitual territorialização–desterritorialização–reterritorialização, para compreender o processo de des-reterritorialização dos imigrantes.

A terceira etapa consistiu na busca de fontes, provenientes de livros, revistas científicas, jornais e órgãos estatais, origem fundamental de nossos dados secundários. Os dados quantitativos tiveram como fonte o Sismigra da Polícia Federal para o levantamento estatístico de migrantes em Salvador, órgãos venezuelanos e estudos de universidades locais. As tabulações disponibilizadas pelo SISMIGRA municipal dos migrantes venezuelanos na capital baiana, levando em consideração algumas variáveis, como o quantitativo geral da comunidade, demonstrando especificidades da mesma, a exemplo da série histórica da entrada dos caribenhos e seu perfil laboral. Vale ressaltar que nesse último aspecto, será considerada apenas a profissão declarada na Polícia Federal, devido a possibilidade de uma mesma pessoa realizar mais de um ofício.

Os dados das estatais e de universidades venezuelanas nos permitiu uma contextualização histórica e espacial do fenômeno estudado, assim como a problematização das dinâmicas territoriais envolvidas no processo que configuraram na formação do perfil exposto.

A quarta etapa foi a realização do trabalho de campo. Nele realizamos entrevistas focalizadas com 10 venezuelanos que residem ou já residiram em Salvador, sendo eles 7 homens e 3 mulheres,

estando, portanto, aptos a descrever seus processos de des-reterritorialização da Venezuela até Salvador. Devido às incertezas da pandemia do Covid-19³, optamos por realizarmos as perguntas em ambiente virtual.

Os entrevistados possuem um perfil variado que nos permitiu analisar a situação sob várias óticas, levando em consideração a profissão, o capital social, planejamento, idade, formação e sexo, no período em que chegaram na capital baiana. A escolha desses migrantes inicia com um dos que conviveram com um dos autores da pesquisa, que, por sua vez, indicou outros venezuelanos que viveram em Salvador para a execução das entrevistas. Estes conheceram seus compatriotas de maneira espontânea ao se encontrarem nas ruas da capital baiana ou por já terem se conhecido em seu país natal. Outra forma de encontrar os participantes da pesquisa foi por meio de indicação de brasileiros que já tinham algum contato com venezuelanos que passaram pelo processo de reterritorialização em Salvador. Nesse artigo focamos na dimensão que se refere à experiência migrante, ou, em outras palavras, a consolidação da condição de imigrante. Questionamos sobre as principais diferenças entre viver no Brasil e na Venezuela, considerando suas questões sociais, os ofícios exercidos no Brasil e suas relações com os seus compatriotas que estão tanto no Brasil, quanto no seu país natal. Por questões de ética da pesquisa todos os imigrantes entrevistados terão nomes fictícios para que as suas identidades sejam preservadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

As migrações internacionais estão diretamente ligadas com a temática do território, pois, conforme proposto por Gottmann (2011), ele é o recorte espacial pelo qual o Estado exerce o seu poder, inclusive nas questões que envolvem naturalidade, nacionalidade e políticas migratórias. Não por acaso, Allies (1997) concebe “[...] o território como função do Estado, [...] o meio de ação do Estado e não somente o quadro geofísico da sua competência”, ou seja, território e Estado não são a mesma coisa. O território é a área sob o domínio do Estado.

Não entendemos o Estado como uma construção dicotômica em que se exerce exclusivamente o poder ou a violência. Acreditamos que o Estado é o cerne, é um campo de forças onde diferentes grupos o disputam para assumirem o posto de tomadores de decisões, podendo cada um apresentar características mais próximas ou distantes do que Arendt (1969) denominava de poder ou violência.

³ Vírus respiratório, cujo ápice de óbitos por este patógeno ocorreu entre os anos de 2020 e 2022.

Já os migrantes passam por uma série de adaptações, porque o imigrante passa a experimentar uma nova territorialidade, que seria:

Um fenômeno comportamental associado com a organização do espaço ou de territórios claramente demarcados considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou por agentes outros que assim os definam (SOJA, 1971, n.p)

Essas características não “surgem do nada”, uma vez que:

O território nasce de pontos e marcas sobre o solo: ao seu redor se ordena o meio de vida e se enraíza o grupo social, enquanto que em sua periferia, e de maneira viável, o território se atenua progressivamente em espaço secundário, de contornos mais ou menos nítidos (BONNEMAISON, 2002, p. 83).

A reconfiguração das territorialidades faz parte de um processo que Raffestin (1984) sistematiza como territorialização, desterritorialização e reterritorialização. A territorialização seria a nossa territorialidade de origem, quando ela passa a ser fragilizada acontece a desterritorialização e quando se experimenta uma nova configuração territorial temos uma reterritorialização. Haesbaert (2011) aponta que a desterritorialização não é algo absoluto, como se deixássemos de viver qualquer tipo de territorialidade, sendo que o que ocorreria na verdade é a vivência de outra dinâmica territorial diferente daquela que o indivíduo vivia anteriormente, tornando a desterritorialização e a reterritorialização processos indissociáveis entre si, cujo resultado dessa interação se configura em um processo de des-reterritorialização.

Nesse trabalho articulamos a tríade conceitual territorialização-desterritorialização e reterritorialização com o conceito bourdesiano de campo, que se apresentam como:

[...] à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem de posições nesses espaços, podendo ser analisadas independentemente das características dos seus ocupantes (em partes determinadas por elas) (BOURDIEU, 1983, p. 89).

Apesar de propositalmente não se aprofundar nas questões territoriais, Bourdieu reconhece os campos como um espaço de interesses e disputas, que é o cerne do próprio conceito de território.

Um campo, e também o campo científico, se define, entre outras coisas através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irredutíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios dos campos (não se poderia motivar um filósofo com questões próprias dos geógrafos) e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar neste campo (cada categoria de interesses, a outros investimentos, destinados assim a serem percebidos como absurdos, insensatos, ou nobres, desinteressados). Para que o campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos, das disputas, etc. (BOURDIEU, 1983, p. 89)

Em outras palavras, os interesses e disputas nos diferentes campos requerem preparo entre os seus agentes para a estratégia e o uso de determinados aspectos inseridos em uma realidade específica.

O autor também realiza uma série de subdivisões dos campos, entre eles o político, o cultural e o econômico. O campo político seria:

[...] um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular. É isso o que está contido na noção de autonomia: um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social (BOURDIEU, 2011, p.195).

Esse campo se manifesta entre os participantes da pesquisa como a própria reterritorialização política, principalmente por meio de sua condição de estrangeiridade.

Já o campo cultural é representado pela dimensão das disputas e interesses expressos nos signos e significados, ou, em outras palavras, na legitimidade do poder simbólico. Ele se diferencia do campo intelectual principalmente por estar no domínio do nosso inconsciente, enquanto o campo intelectual está no domínio sistematizado e consciente de nossos pensamentos. O autor também esclarece que, apesar de seu poder sobre as massas, cada sujeito possui sua percepção individual dessa dimensão da realidade (BOURDIEU, 2002).

A concepção de campo cultural é próxima da ideia de desterritorialização (e consequentemente reterritorialização) cultural de Haesbaert (2000), cujo foco está na dimensão simbólica e material do território. Nessa linha de pensamento, o geógrafo em questão rompe com a dicotomia material-imaterial ao compreender que é o contexto histórico, geográfico e social que faz com que um determinado símbolo tenha um significado específico, ao mesmo tempo em que o objeto a ser significado emite uma determinada mensagem não verbal.

Bourdieu (2005) denomina de campo econômico, “[...] quando o campo é apreendido por agentes dotados das disposições adequadas, porque adquiridas em e por uma experiência precoce das necessidades do campo” (BOURDIEU, p. 2005. p. 22), aplicado ao próprio jogo econômico. Esse aspecto da realidade, por sua vez, não ocorre de forma completamente racional-matemática, pois:

[...] a lógica do mercado nunca conseguiu suplantar completamente os fatores não econômicos na produção ou no consumo (por exemplo, na economia da casa, os aspectos simbólicos, que permanecem muito importantes, podem ser explorados economicamente). As trocas nunca são completamente reduzidas a sua dimensão econômica, e, como lembrava Durkheim, os contratos têm sempre cláusulas não contratuais (BOURDIEU, p. 22, 2005).

O sociólogo também afirma que o campo econômico é dividido entre agentes e

consumidores. Em uma conceituação similar à do território econômico, compreende-se que os primeiros como aqueles que “[...] criam o espaço, isto é, o campo econômico, que só existem pelos agentes que se encontram nele, e que deformam o espaço na sua vizinhança, conferindo-lhe uma certa estrutura (BOURDIEU, 2005, p. 23).

Quanto aos consumidores o “[...] seu comportamento se reduziria inteiramente ao efeito do campo, se eles não tivessem uma certa interação com ele” (BOURDIEU, 2005, p.24). Bourdieu afirma, desse modo, que os sujeitos não são meramente passivos aos agentes que compõe uma determinada estrutura econômica. E acrescenta que o “[...] peso associado de um agente depende de todos os outros pontos e das relações entre esses outros pontos, isto é, de todo o modo o espaço compreendido como uma constelação relacional” (BOURDIEU, 2005, p. 24).

Esta relação entre o espaço/território e agentes e consumidores, em uma análise territorial, condiz com o que Haesbaert (2000) compreende como uma des(-re)territorialização numa perspectiva econômica. No entendimento do mencionado pesquisador, é interessante focar a análise desta perspectiva no âmbito da exclusão socioespacial, ligada às estruturas impostas pelo modelo de produção vigente que causam fragilizações nas relações territoriais, chamando o leitor à reflexão sobre a questão da “desterritorialização por quem e para quem?”, afirmando que:

Geralmente estes discursos da desterritorialização – seja da globalização do capitalismo (de acumulação flexível), da fluidez do capital financeiro ou da ‘deslocalização’ das grandes empresas – servem apenas para ocultar a real desterritorialização, a daqueles que, submetidos a essa ‘liberdade improdutiva’, e à flexibilidade das relações de trabalho, acabam não tendo emprego ou sendo obrigados a subordinar-se a condições de trabalho cada vez mais degradantes (Haesbaert, 2000, p.193-194).

A esta linha de raciocínio acrescentamos dois adendos: primeiro que, conforme explicado pelo próprio autor, para toda desterritorialização existe uma reterritorialização. Nisto, podemos compreender, portanto, que os migrantes econômicos passam por uma reterritorialização econômica, o que não quer dizer que haja necessariamente uma melhora das condições financeiras ou de empregabilidade dos estrangeirizados, e sim que os venezuelanos radicados no Brasil estão inseridos em uma nova configuração da estrutura do campo econômico.

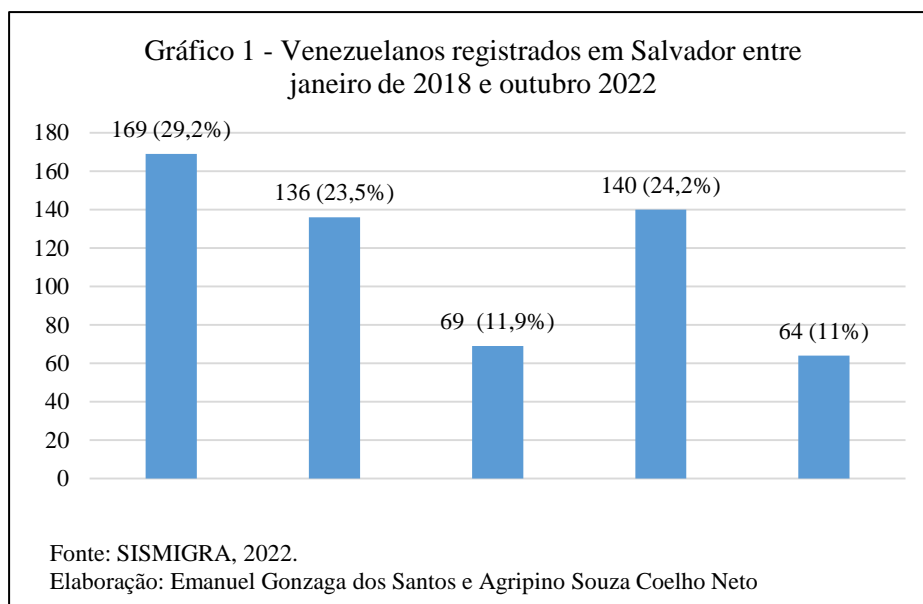
A MIGRAÇÃO DE POPULAÇÃO VENEZUELANA PARA A CAPITAL BAIANA

Segundo os dados revelados no Gráfico 1, o número de venezuelanos que foi

registrado em Salvador entre 2018 e 2022 detinha uma tendência de queda de novos registros de venezuelanos nos três primeiros anos dessa série temporal. Em 2018 havia 169 andinos, que foram documentados pela Polícia Federal, caindo 136 em 2019, e 69 em 2020, porém avança para 140 em 2021, representando respectivamente 29,2%, 23,5%, 11,9%, 24,2% e 11% deste contingente. A escolha desse intervalo de tempo justifica-se pelo fato das migrações venezuelanas para o Nordeste terem se tornado mais intensas a partir do ano de 2018 (BAENINGER; DEMÉTRIO; DOMENICONI, 2022)

O decréscimo desse fluxo migratório ocorre devido aos constantes fechamentos das fronteiras e cancelamento de voos no ano de 2020 decorrentes de biossegurança decorrente da elevação dos casos da Covid-19 pelo mundo, com a flexibilização dessas medidas, a partir do ano seguinte ocorre uma intensificação dos deslocamentos internacionais em 2021, inclusive para Salvador.

O quantitativo dos caribenhos volta a decrescer na capital baiana no ano de 2022, pois além de 2021 já ter contemplado parte dos que não conseguiram chegar à Bahia, no referido ano houve uma desaceleração dos índices de inflação na Venezuela.



Os dados disponibilizados pelo SISMIGRA (2022) demonstram que entre as ocupações exercidas por 10 ou mais venezuelanos entre janeiro de 2018 e outubro de 2022, os estudantes possuíam o maior quantitativo com 119 pessoas, representando 29% de toda diáspora no período de tempo de citado. O setor de comércio e os imigrantes sem ocupação representam, cada um deles, 11% dos venezuelanos do recorte utilizado, com respectivamente 44 e 43 indivíduos.

Com menos de um décimo dessa seleção realizada quantificamos que os trabalhadores domésticos representam 37 pessoas (9%), menores de idade que não estudam 25 imigrantes (6%), trabalhadores da construção civil em atividades que não requerem obrigatoriamente ensino superior e mecânicos, metalúrgicos e afins, representam cada um deles, 22 estrangeirizados (5%).

Constatamos que os cozinheiros, mordomos e afins, artistas, músicos e afins, profissionais da construção civil com ensino superior e professores ou assemelhados representam, cada um deles, 4% de toda comunidade andina no recorte retratado. Com 12 pessoas e 3% do existem os decoradores, costureiros, alfaiates e afins, os profissionais da beleza sem ensino superior e administradores, profissionais da beleza e afins.

Quando realizamos um recorte de gênero no município segundo os dados do SISMIGRA (2022), constatamos que migraram para Salvador entre janeiro e fevereiro de 2022, 28 mulheres e 36 homens. Estes números correspondem proporcionalmente a aproximadamente 53% de venezuelanos e cerca de 43% de venezuelanas. Dessa forma, concluímos que no ano de 2022, apesar dos homens representarem o gênero mais numeroso, eles não representam uma maioria absoluta dos andinos na capital baiana havendo um equilíbrio na distribuição dos sexos, seguindo a tendência nacional.

De acordo com os dados informados pelo SISMIGRA (2022), das ocupações mais comuns de venezuelanos registrados em Salvador no quinquênio entre 2018 e 2022 (até o mês de outubro deste último ano), os ofícios profissionais eram os mais comuns, que em seu conjunto representavam a maior parte dessa população com 54%, sendo discrepante com as demais categorias. Os estudantes representavam apenas 29% desse contingente, o que por sua vez também possui uma proporção muito maior que os “sem ocupação” com 11% e menores de idade com 6%. Desta forma, chegamos à conclusão de que a migração venezuelana na capital baiana, pelo menos entre os grupos mais numerosos, é composta principalmente por trabalhadores e estudantes.

DES-RETERRITORIALIZAÇÃO NA PERSPECTIVA POLÍTICA.

Como toda desterritorialização requer uma reterritorialização. Haesbaert (2000) interpreta que a primeira pode ser subdividida nas perspectivas política, cultural e econômica. Consideramos que as des-reterritorializações são dialogáveis com os conceitos bourdesianos

de campos, que se apresentam como:

[...] à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem de posições nesses espaços, podendo ser analisadas independentemente das características dos seus ocupantes (em partes determinadas por elas) (BOURDIEU, 1983, p. 89).

Apesar de propositalmente não se aprofundar nas questões territoriais, Bourdieu reconhece os campos como um espaço de interesses e disputas, que é o cerne do próprio conceito de território.

Um campo, e também o campo científico, se define, entre outras coisas através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irredutíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios dos campos (não se poderia motivar um filósofo com questões próprias dos geógrafos) e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar neste campo (cada categoria de interesses, a outros investimentos, destinados assim a serem percebidos como absurdos, insensatos, ou nobres, desinteressados). Para que o campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos, das disputas, etc. (BOURDIEU, 1983, p. 89)

Em outras palavras, os interesses e disputas nos diferentes campos requerem preparo entre os seus agentes para a estratégia e o uso de determinados aspectos inseridos em uma realidade específica. O autor também realiza uma série de subdivisões dos campos, entre eles o político, o cultural e o econômico. O campo político seria:

[...] um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular. É isso o que está contido na noção de autonomia: um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social (BOURDIEU, 2011, p.195).

Esse campo se manifesta entre os participantes da pesquisa como a própria reterritorialização política, principalmente por meio de sua condição de estrangeiridade. Daniel Santander⁴ migra para o Brasil como pesquisador por meio de acordos interestatais de caráter científico entre o Brasil e a Venezuela no período do Governo Lula (2003-2010), até a mudança de condições governamentais nas políticas internas e externas desses países. No processo de imigração de Josias Jordán⁵, suas alegações foram suficientes para que o estado brasileiro o considerasse como refugiado.

No campo político, também nos procedimentos burocráticos e outras condições para que o imigrante caribenho permaneça e exerça a sua formação profissional em território

⁴ Nome fictício.

⁵ Nome fictício.

brasileiro, tal como o graduado em direito Roberto Rodríguez⁶ ao relatar as orientações que a sua amiga o fornece para que possa legalmente exercer a advocacia no Brasil:

Ela conhece pessoas da faculdade do Rio de Janeiro, trabalhou já com os cubanos, que também tem muitos cubanos aqui no Brasil, para ajudar eles a fazer avaliação do diploma, então como ela já tem essa experiência trabalhando com migrantes que estão chegando no Brasil, ela me falou, ‘olha eu poderia fazer a mesma coisa com você, então vamos perguntar na faculdade do Rio de Janeiro como você poderia começar a estudar de novo a estudar a carreira aqui no Brasil ou se você com o seu diploma você consegue fazer a reavaliação aqui, revalidar aqui e começar a estudar direito de novo só com as aulas que você precisa, constituição brasileira e tal’, então estou só aguardando pela ligação dela para que ela me diga qual negócio que eu preciso fazer para começar a estudar de novo aqui no Brasil. Eu gostaria de exercer a minha profissão porque ao final foi o que estudei, eu estudei quatro anos na Venezuela para exercer o direito, eu gostaria de exercer a minha profissão, mas eu não estou fechado a estudar alguma outra coisa, jornalismo, estudos políticos. (Roberto Rodríguez, entrevista, Salvador, agosto de 2022).

O campo político e a reterritorialização política também se configuram na forma como o Estado brasileiro recebe, mas não acolhe os imigrantes, conforme relato de Nicanor Domínguez⁷:

Você pode fazer a sua documentação, você não tem nenhuma burocracia alguma, mas no segundo passo o Brasil, o governo federal se esquece que você está aí e nenhuma delicadeza em saber se esse imigrante que ele acolheu está ou não trabalhando, então é uma situação muito difícil para a pessoa imigrante porque você tem um chão que não é seu, uma terra que não conhece, uma língua que não sabe falar, então as circunstâncias lhe pregam um mundo laboral também desconhecido. (Nicanor Domínguez, entrevista, Salvador, agosto de 2022)

Essa negligência das necessidades de trabalho e moradia, um reflexo das próprias ideologias vigentes no país, conforme discutido por Sayad (1998), pois mesmo os discursos pró-imigração podem estar imbuídos da ideia de que os migrantes são apenas mais uma potencial mão de obra.

DES-RETERRITORIZAÇÃO NA PERSPECTIVA CULTURAL

Já o campo cultural é representado pela dimensão das disputas e interesses expressos nos signos e significados, ou, em outras palavras, na legitimidade do poder simbólico. Ele se diferencia do campo intelectual principalmente por estar no domínio do nosso inconsciente, enquanto o campo intelectual está no domínio sistematizado e consciente de nossos pensamentos. O autor também esclarece que, apesar de seu poder sobre as massas, cada sujeito possui sua percepção individual dessa dimensão da realidade (BOURDIEU, 2002).

A concepção de campo cultural é próxima da ideia de desterritorialização (e

⁶ Nome fictício.

⁷ Nome fictício.

consequentemente reterritorialização) cultural de Haesbaert (2000), cujo foco está na dimensão simbólica e material do território. Nessa linha de pensamento, o geógrafo em questão rompe com a dicotomia material-imaterial ao compreender que é o contexto histórico, geográfico e social que faz com que um determinado símbolo tenha um significado específico, ao mesmo tempo em que o objeto a ser significado emite uma determinada mensagem não verbal.

Além das interpretações sobre os *habitus* e as consequentes territorialidades anteriormente mencionadas, o processo de re-territorialização cultural mais proeminente nos relatos coletados diz respeito à questão do idioma. Sobre a relação entre língua, poder e cultura, Mendes (2022) considera que:

A dimensão da língua e da linguagem é a nossa porta de entrada para o mundo e o nosso modo, também, de nos dizer no mundo. Quem nós somos e como vivemos as nossas vidas são constituídos pela linguagem. Assim, ao nos referirmos a uma língua em particular como o português, compreendemos a sua estreita relação com outras dimensões importantes da vida social, como a cultura, a ideologia e a política, por exemplo. Nessa perspectiva, as práticas de linguagem que desenvolvemos quando interagimos com o mundo são orientadas por essas outras dimensões e estruturadas por relações de poder, que se processam em diferentes níveis, desde o das políticas que são implementadas pelos governos e instituições civis, até o nível das relações individuais. Língua é poder. (MENDES, 2022, s. n.)

Desta forma, a língua possui uma dimensão tanto simbólica quanto prática nas relações territoriais desenvolvidas pelos imigrantes. Júlio Rojo explica que, chegar ao Brasil, já sabendo dominar a língua portuguesa, possibilitou uma série de vantagens sociais em relação a outras pessoas de seu país natal que migraram para a Bahia. Assim, o português, além de estar inserido no campo cultural de Pierre Bourdieu, também se torna um capital da mobilidade, facilitando a criação de multiterritorialidades.

A realidade para os que residiram em Salvador sem o domínio da língua local demonstrou ser um desafio a mais no processo de reterritorialização na capital baiana, pois os participantes da pesquisa consideram que sem isso o imigrante é automaticamente marginalizado no mercado de trabalho, conforme explicitado pelo migrante Gabriel Guerrero⁸:

Acho que a primeira coisa que você tem que pegar é o idioma, porque aí é a base da cultura de toda a sociedade. Porque no idioma você tem o seu país, as coisas, as pessoas, porque o idioma é a nossa base fundamental. Então já tive mesmo que o adotar, ainda que sempre não é fácil, porque aprender um novo idioma é uma coisa que não é fácil e ainda mais quando é feito pela obrigação de falar, não foi porque você quer. Nunca na minha vida, sempre que falo com uma pessoa daqui do Brasil, que eu conheço aqui no Brasil. Nunca imaginava a vir falar o português, ainda não é certo o meu português, mas nunca imaginei isso, nunca imaginei isso. Foi uma coisa

⁸ Nome fictício.

que de fato foi uma obrigação, obrigado a falar. (Gabriel Guerrero, entrevista, Salvador, agosto de 2022)

Relato que segue a mesma direção do depoimento de Nicanor Domínguez:

Até que esteja aprendendo a falar a língua deles você não consegue atingir uma vaga de emprego, aí é uma dificuldade para um novo imigrante e que tratar de procurar de estar onde, que estar batalhando e botar as unhas para ter os direitos humanos dos imigrantes aqui no Brasil. Essa é minha história. (Nicanor Domínguez, entrevista, Salvador, agosto de 2022)

Esta discriminação na dimensão do trabalho e emprego pode ser concebida como a exclusão a partir da territorialidade alheia motivada pelo etnocentrismo, concebido por Rocha (1998) como:

[...] uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. No plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc. Perguntar sobre o que é etnocentrismo é, pois, indagar sobre um fenômeno onde se misturam tanto elementos intelectuais e racionais quanto elementos emocionais e afetivos. No etnocentrismo, estes dois planos do espírito humano – sentimento e pensamento – vão juntos compondo um fenômeno não apenas fortemente arraigado na história das sociedades como também facilmente encontrável no dia-a-dia das nossas vidas (ROCHA, 1988, p. 5).

A partir de nossas vivências aprendemos um conjunto de simbologias que não necessariamente fazem parte da experiência do outro, causando assim uma série de estranhamentos entre o “eu” e o “diferente”, repercutindo, portanto, sobre a forma como percebemos o outro. Tendemos a encarar os nossos costumes como a única forma correta possível de viver, tendo tudo aquilo que é dissonante como uma “ameaça” à ordem e que, portanto, deve ser “neutralizada”.

Vale ressaltar que o processo de aprendizado da língua portuguesa depende, entre outros fatores, da forma como a migração se dá. Por exemplo, a chegada de Jonas Jimenez⁹, que por ter planejado a imigração para o país lusófono, há anos estudou português nos tempos livres, facilitando, assim, a sua reterritorialização. Desta forma, a xenofobia a partir da língua e do sotaque tende a se manifestar de uma forma mais severa naqueles que migraram em condições de maior vulnerabilidade.

O idioma, enquanto cultura, também se torna um fator na formação de identidades e alteridades, conforme ressalta Daniel Santander, que afirma que, pelo fato do português e do castelhano partirem da mesma raiz, compartilham de similaridades, cujos fatores históricos e geográficos construíram o que hoje denominamos de América Latina. Porém, apesar das

⁹ Nome fictício.

semelhanças, questões geolinguísticas promoveram mais subdivisões no continente americano, a saber: América Espanhola e América Portuguesa.

Essas duas Américas, de acordo com sua interpretação da realidade, são próximas e distantes ao mesmo tempo, já que as identidades formadas e as memórias afetivas entre essas duas regiões vão muito além da questão idiomática. O depoente diz que o processo de readaptação territorial ao Brasil não foi tão difícil para ele justamente devido às associações que tem feito com o país natal, principalmente no que tange à culinária e musicalidade e até mesmo à proximidade entre os idiomas, todavia sabe que não é brasileiro. Na verdade, o entrevistado afirma que, no início de seu processo migratório, sequer se enxergava como um imigrante, condição essa que muda quando decide permanecer no país que o recebeu após o início da crise em seu país de nascimento.

Existem situações, porém, em que o idioma castelhano pode permanecer no cotidiano dos venezuelanos, mesmo inseridos em território brasileiro, como é o caso dos encontros entre pessoas da diáspora, pela vinda de amigos e familiares à cidade, ou mesmo por meio de partes de organizações religiosas cujas reuniões estejam voltadas para uma determinada comunidade.

Esse último caso está presente no relato de Nazaré Nuñez¹⁰, que em seu depoimento afirma que existem salões do reino em que as mensagens são transmitidas em espanhol, visando justamente atender essa diáspora. Estar constantemente rodeada de pessoas que falam espanhol, como familiares e comunidade religiosa, apaziguou a questão da barreira linguística no processo de reterritorialização da religião em questão.

Diante das experiências explicitadas, concordamos com a interpretação de Corrêa (2014), que entende que as dimensões econômicas e políticas compõem a mesma realidade social inserida numa matriz cultural, cujas interações na sociedade se manifestam material e simbolicamente no espaço geográfico e nas manifestações religiosas.

Para Corrêa, a linguagem é o principal meio de expressão das identidades culturais, o que conseqüentemente repercute nas manifestações toponímicas de um determinado lugar, sendo a restrição de idiomas e dialetos uma estratégia de enfraquecimento de identidades para imporem sua visão de mundo, utilizados por grupos hegemônicos, que, em nosso caso, são os próprios brasileiros.

Tanto a língua quanto a toponímia são manifestações que podem ocorrer em escalas

¹⁰ Nome fictício.

regionais e nacionais, como acontece com o Brasil. Corrêa (2014) afirma que as manifestações culturais estão repletas de iconografias, que não são politicamente neutras, sendo portadoras de mensagens que indicam uma determinada visão de mundo e processos de reafirmações identitárias.

DES-RETERRITORIZAÇÃO NA PERSPECTIVA ECONÔMICA

O processo de reterritorialização econômica, contudo, não atingiu aos participantes da pesquisa de maneira igualitária, pois são diferentes configurações da complexidade migrante envolvida, perpassando pelo capital econômico, social, cultural e de mobilidade existentes na questão do atravessamento das fronteiras internacionais. Estes imigrantes podem subdivididos em 4 grupos, a saber: os que já chegaram com emprego garantido; os que tiveram que procurar uma fonte de renda; os que não chegaram a exercer atividades remuneradas no município baiano e aqueles que entraram no território brasileiro com finalidades estudantis.

Faz parte desse primeiro grupo Josías Jordán¹¹, que chegou ao Brasil a convite de um amigo mexicano que atua em uma empresa no município de Camaçari e já conhecia o seu trabalho no exterior. Inicialmente, ele atuou como técnico mecatrônico neste município da Região Metropolitana de Salvador, porém, o seu chefe também se interessou pelos seus conhecimentos na área de programação. O senhor Jordán afirma que existe uma sensível diferença no cenário econômico entre o Brasil e o seu país natal, uma vez que, com os rendimentos obtidos na nação lusófona, ele tem conseguido quitar seus débitos no supermercado e acreditar na possibilidade de ascender economicamente no estado da Bahia.

Outro imigrante que também chegou a Salvador com emprego garantido foi Julio Rojo¹², todavia não foi por via de contratação por uma alguma organização brasileira e sim pela manutenção do seu trabalho como engenheiro de *software* a uma empresa estadunidense em que ele já atuava na Venezuela na modalidade à distância. O mesmo depoente julga que Salvador possui os serviços de internet e energia elétrica mais estáveis que o seu país natal, facilitando, assim, a execução do seu ofício laboral.

O grupo mais numeroso entre os entrevistados, porém, foram os que chegaram ao Brasil tendo que buscar emprego em território nacional, vivendo uma realidade sensivelmente diferenciada em relação ao primeiro grupo. Um exemplo de alguém que passa por essa

¹¹ Nome fictício.

¹² Nome fictício.

situação é Anita González¹³, cuja narrativa informa que é o "quem indica", ou seja, a existência de pessoas influentes em uma determinada empresa que têm o poder de inserir alguém em seu quadro de funcionários. Isso é extremamente importante para ingressar no mercado de trabalho em ambos os casos, porém, ela sente que essa situação é ainda mais marcante na Bahia.

A participante da pesquisa relata que apesar disso conseguiu trabalhar por 5 meses na área de telemarketing, sendo demitida da sua ocupação devido aos eventos relacionados à pandemia do coronavírus. Diante de tal cenário, se dedicou ao empreendedorismo na área de *design* gráfico, afirmando que, além de ter facilidade para aprender a parte técnica da área, o trabalho rendeu um rápido retorno financeiro:

A gente transformou a casa em um escritório e depois comecei a fazer minhas coisas. A trabalhar em conjunto, então estou fazendo estudos a distância, esse negócio de ead, esse negócio de viajar não dá certo para gente, ainda mais que eu sou *freelancer*, então me dediquei a área digital a qual abri uma agência a qual estou iniciando. É meu sonho, minhas coisas, estou tirando a minha frustração porque estou fazendo o que eu gosto. Estou trabalhando tranquila, algo que a gente não conseguia. Estou conseguindo fazer as minhas coisas. (Anita Gonzalez, Salvador, agosto de 2022)

Isso exemplifica como questões na vida financeira e profissional impactam na saúde mental dos indivíduos, sendo uma das possíveis consequências resultantes da des-territorialização no movimento. Quem também atua no setor de vendas é a imigrante Nazaré Nuñez, no seu já mencionado negócio de venda da matéria-prima da Arepa. No entanto, essa não é sua única fonte de renda, pois ela também trabalha em uma empresa de turismo. Com essa dupla fonte de renda, a imigrante afirma que tem conseguido ajudar financeiramente a sua família na Venezuela, inclusive sua irmã que, até o momento da entrevista, estava enferma.

Entre todos os entrevistados desse grupo, o único que exerceu apenas uma função durante toda sua migração para a capital baiana foi Raul Riviera,¹⁴ trabalhando como cabeleireiro. Ele pretende ampliar as suas possibilidades de atuação no mercado de trabalho e abrir o seu próprio negócio:

Na verdade, eu tenho 23 cursos já fechados. Fora os cursos técnicos, a empresa em que estive trabalhando insiste. Curso técnico de proteção civil, sabe? De técnico em segurança. Sempre estudava, sempre fiz curso, essas coisas, entendeu? Eu amo a profissão que eu tenho, sou apaixonado por minha história de vida. Estou agora em uma empresa, mas futuramente eu quero trabalhar para mim, entendeu? Então em todo esse tempo quando tiver uma empresa vou comprando as minhas ferramentas

¹³ Nome fictício.

¹⁴ Nome fictício.

de engenheiro para no momento em que acabou o emprego lá ter uma base, entendeu? (Raul Riviera, entrevista, Salvador, agosto de 2022)

Jonas Jimenez, por sua vez, demonstrou uma maior variedade ocupacional do que os três primeiros imigrantes, tendo trabalhado em boates e restaurantes. No entanto, com o surgimento da pandemia de Covid-19, ele não conseguiu continuar nessas áreas e passou a realizar trabalhos na construção civil. Essa situação é semelhante à de Vinicius Valdez, que relata ter atuado em uma série de subempregos em Salvador e, posteriormente, ingressou no comércio informal. Em um terceiro momento, ele se tornou diarista em um restaurante e, dois meses depois, foi efetivado no cargo.

A dupla de amigos Gustavo Guerrero e Roberto Rodríguez representa aqueles que não chegaram a exercer qualquer tipo de atividade remunerada na capital, pois a migração para Salvador foi muito mais uma ponte para um deslocamento para o Sudeste brasileiro do que uma intenção de reconstruir sua trajetória profissional na capital nordestina. Ambos residiram apenas 2 meses em Salvador, afirmando que não esperavam conseguir qualquer tipo de emprego na metrópole, pois acreditavam que Salvador não é conhecida por ser um local gerador de empregos. Atualmente, residem na cidade de São Paulo.

Daniel Santander, conforme mencionado anteriormente neste trabalho, representa aqueles que chegaram ao Brasil por motivos estudantis, residindo em Salvador após ser convocado em um concurso público para exercer a função de professor universitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que as des-reterritorizações em Salvador ocorrem múltiplos aspectos. Se percebe que a maioria dos andinos chegaram em um contexto de fragilização econômica da Venezuela, cuja maioria se encontrava trabalhando ou estudando em diferentes profissões e setores. Especificamente em Salvador, foram mencionados uma série de paralelos entre a capital baiana e o país bolivariano, tendo destaque semelhanças entre a geografia física, principalmente no que tange as morfologias costeiras, e os padrões culturais das relações interpessoais, considerados como extrovertidos, bem humorados e hospitaleiros.

A maioria dos entrevistados revelou que não tem muitas relações cotidianas com outros venezuelanos em Salvador, sendo mais comum a interação com pessoas que vieram juntamente com eles. A maior parte dos contatos com outros venezuelanos no município acontece por intermédio de redes sociais.

Também é a internet o principal meio pelo qual esta comunidade tem se comunicado com seus familiares e amigos, seja na Venezuela ou em outros países do mundo. A comunicação virtual com os que permaneceram na Venezuela também demonstrou ser um importante meio de atualização sobre a situação do país de nascimento.

A des-reterritorialização em Salvador também enfrenta uma série de dificuldades, sendo a inserção no mercado de trabalho a mais apontada, devido a dois motivos principais, a saber: falta de indicação para trabalhar na iniciativa privada e discriminação, especialmente, porque os empregadores em potencial partem do pressuposto de que os imigrantes não sabem falar português. A própria diferença de idioma entre a Venezuela e o Brasil foi abordada como uma das principais diferenças entre os dois países, sendo um fator complicador para a adaptação à nova realidade territorial.

A dificuldade de alguns imigrantes em conseguirem um emprego estável na capital baiana motivou a criação de pequenas atividades comerciais por parte deles. O setor de vendas é a atividade com maior ocupação entre os imigrantes registrados no município. Por outro lado, ocorreu uma guinada na vida profissional de alguns dos colaboradores da pesquisa na mesma capital, por meio de cursos técnicos/profissionalizantes com o intuito de se tornarem mais valiosos para o mercado em um determinado setor.

Apesar dos diversos problemas elencados no processo de reterritorialização explicitados no presente trabalho, todos os colaboradores da pesquisa julgaram que sua saída do país natal foi positiva, pois até o momento das entrevistas, os participantes sinalizaram que Salvador apresentava melhores condições de sobrevivência em relação a Venezuela, principalmente, em relação à renda e acesso aos serviços públicos.

Para alguns, Salvador representa uma reconfiguração de suas vidas familiares. Por um lado, o êxodo venezuelano resultou na dispersão de seus parentes ao redor do mundo. Por outro lado, participou da construção de novos núcleos familiares, com o nascimento de filhos em território brasileiro. Além disso, há aqueles que pretendem receber parentes que estão no exterior para residirem junto a eles.

Em resumo, as reterritorializações dos imigrantes podem ser analisadas por pelo menos três perspectivas: a política, na qual os sujeitos são estrangeirizados; a cultural, medida em que experimentam outros *habitus* decorrentes de sua nova territorialização; e a econômica, uma vez que são inseridos em um novo contexto econômico que impacta diretamente em suas vidas.

REFERÊNCIAS

ALLIÉS, Paul. **L'invention du territoire**. Presses Universitaires. Grenoble. 1ª ed. 1980.

ARENDT, Hanna. **Da violência**. Editora Universidade de Brasília. Brasília. 1969.



BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália Belmonte; DOMENICONI, Joice de Oliveira Santos. Migrações dirigidas: estado e migrações venezuelanas no Brasil. **Revista Latinoamericana de Población**. Rio de Janeiro. v.16. n.1. p.1-29. 2022.

BANCO CENTRAL DE VENEZUELA. **Índices integrados de volumen y valor de las ventas comerciales**. 2022a. Disponível em <<http://www.bcv.org.ve/estadisticas/comercio>> Acesso em: 25 set. 2022

BANCO CENTRAL DE VENEZUELA a. **Índices Laspeyres del volumen de ventas. Base 2007=100**. 2022b Disponível em: <<http://www.bcv.org.ve/estadisticas/manufactura>> Acesso em: 25 set. 2022

BANCO CENTRAL DE VENEZUELA b. **Índice Nacional de Precios al Consumidor. 2007 (Base diciembre 2007 = 100)**. 2022c Disponível em <<https://www.bcv.org.ve/estadisticas/consumidor>>. Acesso em 01 set. 2022

BONNEMAISON, Joël. Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (orgs.). **Geografia Cultural: um século** (3). p. 83. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual**. Editorial Montessor. Buenos Aires. 5ª ed. 2002.

BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. **Revista Política e Sociedade**. Florianópolis. v.4. n.6. p.15-57. 2005.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília. n.5. p. 193-2016. jan-jun 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1983.

CORRÊA, Roberto, Lobato,. Cultura, política, economia e espaço. **Revista Espaço e Cultura**. n. 35, jan.-jun., p.25-39, 2014.

EL NACIONAL. **La Comisión de la Verdad y los hechos de abril de 2002**. 2016. Disponível em: < https://www.elnacional.com/historico/comision-verdad-los-hechos-abril-2002_28543/> Acesso em 05 ago. 2022.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. Boletim Campineiro de Geografia. Campinas. v.2.n.3. p.523, 2012.

HASBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 6ª ed. 2011.

INSTITUTO DE INVESTIGACIONES SOCIALES. **Condiciones de vida de los venezolanos** : entre emergencia humanitaria y pandemia. n.p, 2021.



LIMA, José Batista Borges; GARCIA, André Luiz Junqueira Cunha Rodrigues; FECHINE, Vinícius Mariano Rocha. In: VIANA (org.). **Fluxos migratórios no Brasil: haitianos, sírios e venezuelanos**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2020.

MADURO, Nicolás. **Carta a la humanidad**. Assembleia das Nações Unidas. Nova York, 2022, p. 2-3.

MENDES, Eduardo. **Língua e poder: o que os governos podem fazer com os idiomas**. 2022. Disponível em: <https://ciberdividas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/idioma/lingua-e-poder/5003#:~:text=L%C3%ADngua%20%C3%A9%20poder.,de%20prest%C3%ADgio%20social%20e%20pol%C3%ADtico..> Acesso em: 10 jun. 2023.

MONTENEGRO, Y.A. **Sanciones impuestas por Estados Unidos a Venezuela: consecuencias regionales**. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, Bogotá, v 16, n 2, p. 121-139, 2021.

RAFFESTIN, Claude. Territorializzazione, desterritorializzazione, reterritorializzazione e informatione. In: TURCO, Alberto (org.). **Regione e regionalizzazione**. Milão, 1984, p. 69-89.

ROCHA, Eduardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo?** 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

SEUMAS, Matthew. The Guardian. **Venezuela protests are sign that US wants our oil, says Nicolás Maduro**. 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/apr/08/venezuela-protests-sign-us-wants-oil-says-nicolas-maduro>. Acesso em: 26 abr. 2023.

SISMIGRA – Sistema de Registro Nacional Migratório. (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal. Ministério da Justiça e Segurança Pública/**OBMigra**. 2022.

RIBAS, Claudia Viana. La migración en Venezuela como dimensión de la crisis. **Pensamiento Propio**, v. 47, p. 91-128, 2018.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo, EDUSP, 1998.

SOJA, Edward W. **The political Organization of Space**. AAG Commission on College Geography. Washington. 1971.